

## Coluna do Castello

### Uma reversão de expectativas

**E**mbora tenham sido evitadas para evitar suscetibilidades decisões formais nas reuniões de fim de semana, no Rio de Janeiro, do Sr. Ulysses Guimarães com governadores, ministros e líderes do PMDB, praticamente ficou decidida a transferência de data da convenção nacional do partido para depois da promulgação da Constituição. O presidente do partido acha que o retardamento não será por muito tempo pois está na expectativa de que a Constituinte encerre seus trabalhos ainda em junho. O período para apresentação de emendas supressivas antes do segundo turno não será obrigatoriamente de 19 dias, mas de "até 19 dias", o que permite seu abreviamento.



O governador Waldir Pires não teve dúvidas em concordar com que o partido termine o trabalho constitucional antes de seu reunir para definir a revisão do seu programa e a posição a ser tomada diante do governo do Sr. José Sarney, ao qual não pretende mais dar qualquer tipo de solidariedade. Isso não impede que ele entenda que há uma cronologia a obedecer na tentativa de preservar a unidade do PMDB — problema que não existe na Bahia —, a qual poderá seguir o bom caminho em consequência das posições assumidas nas definições dos temas inseridos na nova Carta.

O problema principal do PMDB continua a se fixar em São Paulo. Amigos do ex-governador Franco Montoro e do senador Fernando Henrique Cardoso não hesitam em prever que até 5 de junho, com convenção ou sem ela, os dois se afastarão do partido e começarão a articular a dissidência na espera das adesões pós-convenção. Os dissidentes paulistas estão certos de que contarão com a solidariedade dos senadores Mário Covas e José Richa bem como da maioria dos integrantes do MUP. Eles esperam constituir uma bancada de mais de setenta representantes e dizem estar preparados para obter a aprovação do dispositivo que permite a trinta deputados se organizarem em partidos para disputar, já, a eleição municipal.

O Sr. Ulysses Guimarães mantém-se sereno e divide sua ação no tempo. Por enquanto nada o desvia do objetivo de concluir a Constituição e confia que do

desfecho dessa operação resultariam condições para convencer parte substancial do atual grupo dissidente a manter-se sob a legenda do PMDB e armar suas reivindicações à sombra do partido. A eleição presidencial poderá provocar confluências e não divergências, transformando-se assim num novo pólo de aglutinação da ampla frente que tem sobrevivido a tantos contratempos ao longo do processo de transição democrática. Como não há problemas na Bahia e em Pernambuco quanto à unidade partidária e os problemas fluminenses não apresentam maior gravidade, ele espera, depois da Constituinte, dedicar-se ao encaminhamento de soluções que reunifiquem seu partido em São Paulo no caminho da sucessão presidencial da República.

No entanto, parece-lhe fundamental levar o partido unido até a promulgação da Constituição, etapa final da implantação do regime democrático e início de uma nova prática política no país. Sua missão o obriga a concentrar-se no episódio, deixando que a crise, como diria Getúlio Vargas, cozinhe no seu próprio caldo. Como se sabe, entre os temas ainda não definidos em termos irreversíveis pelos constituintes está a data do término do mandato do presidente José Sarney. A desagregação do *Centrão* deixou uma interrogação no ar. Embora esse frustrado esquema de união de conservadores e liberais não tenha sido a força determinante da derrota do parlamentarismo e do mandato de quatro anos na votação do texto básico da Constituição, ele deu a massa de manobra para a operação inspirada pelo Palácio do Planalto e amplamente coberta pelo empenho dos chefes das Forças Armadas.

A participação intensa e decisiva da opinião militar, articulada pelo Conselho de Segurança Nacional, em favor das teses nacionalistas, notadamente da nacionalização das riquezas do subsolo, deixou dúvida sobre a operacionalidade do veto dos ministros das três Forças à eleição presidencial este ano. Afinal esses comandos preferiram se omitir quando se evidenciou a mobilização dos escalões inferiores em favor de teses que contrariavam a política oficial e levaram à desmoralização do *Centrão*. A aliança nacionalista-esquerdista poderia operar também quanto às questões políticas finais. Não seria despropositado, assim, admitir que haja uma inversão de pressões junto à Constituinte com relação à duração do mandato.

Os argumentos usados de que, antes da eleição, devem ser votadas as leis complementares são irrelevantes. Como se sabe, leis complementares à Constituição de 1946, como, por exemplo, a lei de greve, nunca foram votadas pelo Congresso, o que não impediu que durante vinte anos aquela Carta operasse como a lei magna do país. Até que os militares a destruíssem.

Carlos Castello Branco

JORNAL DO BRASIL